



| Representação Parlamentar |



**Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

**Assunto: Plano de Contingência para acolhimento de deportados dos EUA**

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Exa. para efeito de admissão, requerimento dirigido ao Governo Regional, nomeadamente à **Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades**.

Ponta Delgada, 7 de fevereiro de 2025

Com os melhores cumprimentos,

**A Representação Parlamentar do BE/Açores**

(António Lima)

**Exm.º Sr. Secretária Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades**

Uma das promessas eleitorais de Donald Trump na campanha para a eleição do presidente dos EUA foi um plano de deportação em massa, com o objetivo de expulsar do país todos os imigrantes em situação irregular.

A reafirmação deste objetivo como uma das prioridades da governação por parte de Donald Trump, já depois de vencer as eleições, deixou a comunidade açorianos nos EUA apreensiva em relação ao que poderia vir a acontecer às pessoas que, apesar de viverem e trabalharem há muitos anos no EUA, nunca chegaram a regularizar a sua situação de residente no país.

No dia 13 de janeiro de 2025, aproximando-se a data de tomada de posse de Donald Trump como presidente dos EUA, e com o objetivo de concretizar uma “deportação em massa” sempre na sua agenda, o secretário regional dos Assuntos Parlamentares anunciou, em conferência de imprensa, que o Governo Regional estava a preparar um Plano de Contingência para acolher emigrantes açorianos que venham a ser deportados, e apontando mesmo para a possibilidade de haver centenas de açorianos sem a situação regularizada nos EUA.

No âmbito do relacionamento institucional entre a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e o Governo Regional, o secretário regional dos Assuntos Parlamentares comprometeu-se a enviar o plano de contingência a todos os partidos.

No dia 22 de janeiro, o conteúdo da versão preliminar do Plano de Contingência foi divulgado por vários órgãos de comunicação social, apontando para medidas como a criação de um grupo de trabalho que visa o “reforço das respostas já existentes” e a “criação de novas respostas” para lidar com um possível aumento do número de deportados dos Estados Unidos.

Foi também anunciada a intenção de se constituir uma estrutura consultiva do Governo dos Açores composta por várias organizações americanas (como o Centro de Assistência a Imigrantes de New Bradford), por casas dos Açores e por conselheiros da diáspora açoriana.

Além disso, de acordo com os mesmos órgãos de comunicação social, a secretaria regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades comprometeu-se, a fazer o acompanhamento e análise contínua da produção legislativa dos Estados Unidos sobre questões de imigração, de forma a planear, caso se justifique, medidas mitigadoras.

De acordo com as mesmas notícias, o plano prevê ainda articulação entre os governos dos Açores e da República e o envolvimento da Assembleia Regional, através da participação dos partidos políticos no aperfeiçoamento do documento.

Porém, no dia 25 de janeiro, na apresentação das deliberações do Conselho de Governo, o vice-presidente do Governo Regional salientou que o Plano de Contingência não tinha “nada de novo”,

e que se resumia a uma atualização do plano que a Região preparou quando teve início a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, referindo-se à necessidade de “atualizar as redes consulares, atualizar os contactos, os procedimentos”.

Considerando que as declarações do vice-presidente do Governo Regional contrariam as declarações do secretário regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades no que diz respeito ao conteúdo do Plano de Contingência para a eventualidade de chegarem aos Açores centenas de deportados dos EUA.

Considerando que o secretário regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades ainda não cumpriu o compromisso de enviar os Plano de Contingência aos partidos representados no parlamento dos Açores.

**Nos termos estatutários e regimentais, a Representação Parlamentar do BE/Açores solicita a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> resposta às seguintes questões:**

- 1- O grupo de trabalho anunciado pelo secretário regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades no âmbito do Plano de Contingência já está oficialmente constituído? Quantas vezes e em que datas reuniu? (Solicita-se envio de cópia das atas das reuniões)
- 2- A estrutura consultiva do Governo dos Açores já está constituída? Quantas vezes e em que datas reuniu? (Solicita-se envio de cópia das atas das reuniões)
- 3- Que contactos foram estabelecidos pelo Governo Regional com o Governo da República sobre esta matéria e quais os resultados que daí resultaram?
- 4- O Plano de Contingência inclui as medidas anunciadas pelo secretário regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades ou será apenas feita uma atualização ao Plano preparado após o início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, e não terá “nada de novo”, como afirmou o vice-presidente do Governo Regional?

**Nos termos estatutários e regimentais, a Representação Parlamentar do BE/Açores solicita também a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> o envio de cópia integral dos seguintes documentos:**

- 1 – Versão preliminar do Plano de Contingência para acolher deportados dos EUA, distribuído pelo secretário regional dos Assuntos Parlamentares na reunião do Conselho do Governo do dia 25 de janeiro;



| Representação Parlamentar |



- 2 – Versão final do Plano de Contingência para acolher deportados dos EUA;
- 3 – Plano para acolher refugiados da Ucrânia implementado pelo Governo Regional após o início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

**A Representação Parlamentar do BE/Açores**

(António Lima)

Ponta Delgada, 7 de fevereiro de 2025